

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – 10 à 12 de Junho de 2025

INTRODUÇÃO

O tema central da décima oitava sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada entre os dias 10 e 12 de junho de 2025 na Sede da ONU em Nova Iorque, foi aumentar a conscientização pública sobre os direitos e contribuições das pessoas com deficiência para o desenvolvimento social, em preparação para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.

O evento foi composto pelo debate geral (divido em várias sessões), mesas redondas e eventos paralelos.

DEBATE GERAL E MESAS REDONDAS

As mesas redondas foram divididas da seguinte maneira:

- Mesa Redonda 1: Empoderar pessoas com deficiência e aprimorar políticas de desenvolvimento social por meio de financiamentos inovadores;
- Mesa Redonda 2: Não deixar ninguém para trás - usar a IA como ferramenta para apoiar a inclusão e fortalecer a participação das pessoas com deficiência;
- Mesa Redonda 3: Reconhecer e abordar os direitos das pessoas indígenas com deficiência e seu papel na promoção da inclusão da deficiência.

O deputado participou de três partes do debate geral e das mesas redondas 2 e 3.

Nos debates gerais foi abordado que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência vai além de um marco legal — representa uma orientação ética e política, um chamado para a construção de sociedades mais inclusivas, nas quais as pessoas com deficiência participem plenamente da vida social, econômica, cultural e política. Para isso, o monitoramento da Convenção é uma responsabilidade contínua dos Estados Partes. No Brasil, esse compromisso se traduz por meio de diversas políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão, que reafirma os princípios da Convenção e avança na regulamentação de direitos fundamentais.



Ao discursar, a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e chefe da delegação brasileira na convenção, Macaé Evaristo, sublinhou que as pessoas mais vulneráveis são as mais afetadas pelas mudanças climáticas, especialmente as pessoas com deficiência, que enfrentam impactos desproporcionais em eventos climáticos extremos. O Brasil, como sede da COP 30, defende a integração entre inclusão, justiça climática e direitos humanos. Dados do Censo 2022 indicam que mais de 14 milhões de brasileiros vivem com algum tipo de deficiência, representando 7,1% da população. O país reafirma seu compromisso com a democracia, direitos humanos, anti-capacitismo e inclusão, destacando a reconstrução do programa “Novo Viver Sem Limite”, com investimentos de US\$ 1,1 bilhão, focado em garantir direitos, autonomia, cidadania e participação produtiva.

Na Mesa Redonda 2, a ministra destacou o compromisso do país com o uso responsável e inclusivo da tecnologia, ressaltando o desafio de garantir que a inteligência artificial seja usada de forma ética, igualitária e sem discriminação. Mencionou iniciativas inovadoras como o VLibras, que traduz conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais. Alertou que sistemas de IA podem reproduzir discriminações existentes e que a tecnologia deve ser usada para eliminar barreiras, não para reforçá-las. Também enfatizou a importância da participação direta das pessoas com deficiência nas discussões sobre o tema.

A Mesa Redonda 3 visou amplificar as vozes de líderes indígenas com deficiência na área das mudanças climáticas, destacando os esforços para aumentar a participação das pessoas com deficiência e conectar as ações nos âmbitos da CDPD (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU), da UNDRIP (Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas) e da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), apresentando pesquisas indígenas com deficiência sobre os impactos climáticos e soluções; e, por fim, identificando oportunidades para que organizações de pessoas com deficiência, Estados Partes e aliados apoiem e fortaleçam a liderança climática indígena com deficiência, contribuindo para o avanço dos direitos indígenas e das pessoas com deficiência como um todo.

Pessoas com deficiência e comunidades indígenas costumam ser as mais impactadas por esses eventos, com períodos de recuperação prolongados, agravados por inacessibilidade estrutural e desigualdades em moradia, saúde, emprego e outros setores. Globalmente, o aumento da incidência de eventos relacionados ao clima, juntamente com seus impactos desproporcionais sobre comunidades indígenas e com deficiência, tem intensificado o interesse público e do setor de deficiência por essa importante questão. No entanto, à medida que organizações e agências passam a se dedicar à conexão entre deficiência e mudança climática, correm o risco de ignorar a significativa história, expertise e liderança já existente sobre o tema dentro de suas próprias comunidades e setores. Portanto, é necessário realizar políticas públicas interseccionais a fim de mitigar os impactos negativos sob essas comunidades.



EVENTOS PARALELOS

O deputado participou dos seguintes eventos paralelos:

- **10/06: Inteligência Artificial para a Inclusão - Fortalecendo a Participação no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência:**

A Inteligência Artificial (IA) está transformando o ambiente de trabalho moderno, oferecendo oportunidades inéditas para melhorar a acessibilidade, a produtividade e a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No entanto, a IA também apresenta riscos, como lacunas de acessibilidade e decisões discriminatórias, que precisam ser enfrentados para garantir práticas de emprego justas e inclusivas. Portanto, o evento paralelo proporcionou a oportunidade de explorar como a IA pode ser usada para promover uma participação significativa das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

A discussão identificou as oportunidades e desafios que a IA apresenta para a inclusão laboral, além de oferecer insights sobre as melhores práticas internacionais e oportunidades para colaboração global em acessibilidade da IA. Ao reunir especialistas de diversos setores, o debate ofereceu perspectivas estratégicas e soluções concretas para garantir que os processos de emprego impulsionados pela IA removam barreiras, em vez de criar novas. Por meio da colaboração internacional e do compartilhamento de melhores práticas, podemos avançar para um futuro no qual a IA apoie ativamente a participação plena e equitativa das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

- **11/06: Enfrentando os desafios das pessoas com deficiência decorrentes das mudanças climáticas e suas consequências na saúde mental — A experiência de Serra Leoa e o Chamado à Ação:**

Neste evento paralelo, foi debatido os esforços para mitigar o impacto das mudanças climáticas sobre as pessoas com deficiência em Serra Leoa, garantindo a participação significativa dessas pessoas em todas as áreas de atividade no país, incluindo educação, esportes, artes e cultura, tecnologia e empreendedorismo, além de assegurar sua liderança efetiva nos processos de mitigação das mudanças climáticas em Serra Leoa.

- **11/06: Tornando a Deficiência Visível Durante Crises Humanitárias, Incluindo Conflitos Armados, Mudanças Climáticas e Desastres Naturais:**



O evento paralelo “Tornando a Deficiência Visível Durante Crises Humanitárias, incluindo conflitos armados, mudanças climáticas e desastres naturais” teve como objetivos:

- Destacar as necessidades das pessoas com deficiência durante crises humanitárias;
- Sensibilizar, identificar pessoas com deficiência e avaliar suas necessidades;
- Incentivar governos, organizações humanitárias e partes interessadas a adotarem abordagens inclusivas para pessoas com deficiência em seus planos de ação humanitária;
- Defender o aumento de financiamento e mudanças políticas que priorizem estratégias de resposta humanitária inclusivas para pessoas com deficiência;
- Promover parcerias entre agências internacionais, organizações locais e iniciativas lideradas pela comunidade para garantir os direitos humanos das pessoas com deficiência;
- Compartilhar experiências vividas por pessoas com deficiência;
- Apresentar boas práticas de países que desenvolvem planos de emergência inclusivos;
- Tornar visíveis as pessoas com deficiência que não conseguem escapar de zonas de conflito;
- Sensibilizar os profissionais que atuam em instituições de acolhimento coletivo sobre suas responsabilidades e trabalhar com eles para elaborar planos de proteção das pessoas sob seus cuidados.

- **12/06: Alinhamento com Ministério dos Direitos Humanos**

Reunião de alinhamento com alguns membros da delegação brasileira na convenção para alinhar os pontos interessantes que haviam sido levantados na reunião até o momento e qual era a posição do Brasil.

CONCLUSÃO



A participação do deputado na 18ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma o compromisso do Poder Legislativo com a promoção dos direitos humanos, da inclusão e da equidade para as pessoas com deficiência. Ao longo dos debates gerais, mesas redondas e eventos paralelos, foram abordadas questões centrais para a consolidação de sociedades mais justas e acessíveis, como o uso ético da inteligência artificial, o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas e a valorização da liderança indígena com deficiência nos processos globais de tomada de decisão.

A presença da delegação brasileira, liderada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, destacou avanços nacionais como a reestruturação do Plano Viver Sem Limite, o fortalecimento de políticas intersetoriais e a ampliação do acesso à tecnologia assistiva. Também evidenciou a necessidade de integrar as perspectivas das pessoas com deficiência em agendas emergentes, como a ação climática e as respostas humanitárias, reconhecendo que a inclusão efetiva só é possível com participação ativa e representatividade nos espaços de formulação de políticas.

As contribuições brasileiras e as trocas realizadas durante a conferência representam um importante passo rumo à construção de uma agenda internacional mais inclusiva, que promova a plena participação das pessoas com deficiência em todas as dimensões da vida social, econômica, cultural e política. A atuação coordenada entre governos, sociedade civil e organismos internacionais seguirá sendo essencial para a implementação efetiva das diretrizes da Convenção em cada país e para garantir que ninguém seja deixado para trás.

